

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	11

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	12
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	14
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	29
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	31
8	PARTES RELACIONADAS	33
9	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	37
10	INTANGÍVEL.....	37
11	ATIVOS DE CONTRATO.....	38
12	FORNECEDORES.....	39
13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
14	DEBÊNTURES	42
15	IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	44
16	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	46
17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
18	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	51
19	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	54
20	CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	54
21	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	55
22	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	56
23	RESULTADO FINANCEIRO	56
24	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO (ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA).....	56
25	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	60
26	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	71
27	COMPROMISSOS FUTUROS	72
28	EVENTOS SUBSEQUENTES	73



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras Informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 108.506 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Tributos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, o montante de R\$ 676.812 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.554	219.586
Aplicações financeiras	5	908.154	835.893
Contas a receber de clientes	6	819.480	760.023
Almoxarifado		18.283	9.169
Serviços pedidos		86.838	128.573
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	108.825	-
Impostos e contribuições a recuperar		92.672	78.645
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		61.829	61.270
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	-	85.081
Depósitos vinculados	16	189	189
Outros créditos a receber		170.428	116.587
Total do ativo circulante		2.308.252	2.295.016
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	82	73
Contas a receber de clientes	6	109.050	133.673
Serviços pedidos		22.487	17.674
Impostos e contribuições a recuperar		110.256	84.040
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	388.336	2.325
Instrumentos financeiros derivativos		-	27.689
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	3.438
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	447.292	455.195
Depósitos vinculados	16	22.936	28.216
Outros créditos a receber		2.608	896
Benefício pós-emprego	24.3	374	307
Ativo financeiro da concessão	9	378.882	276.322
Investimentos		107	111
Intangível	10	3.281.199	2.901.684
Ativos de contrato	11	788.907	565.633
Direito de uso		1.944	2.655
Total do ativo não circulante		5.554.460	4.499.931
Total do ativo		7.862.712	6.794.947

Passivo	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	12	433.556	365.504
Fornecedores - Risco sacado	12.1	37.771	43.175
Empréstimos e financiamentos	13	822.724	747.903
Debêntures	14	13.924	7.937
Passivo de arrendamento		684	596
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	10.875	-
Impostos e contribuições a recolher		158.253	108.020
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		48.608	13.496
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		10.653	9.635
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	137.359
Contribuição de iluminação pública		20.872	25.629
Encargos setoriais		48.123	90.969
Participação nos lucros		16.244	21.405
Provisões para riscos judiciais	16	207.954	44.747
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		3.992	-
Dividendos a pagar	17.3	120.362	69.585
Outras contas a pagar		249.093	220.824
Total do passivo circulante		2.203.688	1.906.784
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	2.966.262	2.765.713
Debêntures	14	802.655	692.302
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-
Passivo de arrendamento		1.414	2.192
Instrumentos financeiros derivativos	25.4	77.027	-
Impostos e contribuições a recolher		275	574
Encargos setoriais		14.079	20.151
Provisões para riscos judiciais	16	125.626	118.965
Benefício pós-emprego	24.3	4.387	4.939
Outras contas a pagar		19.865	33.914
Total do passivo não circulante		4.011.590	3.638.750
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	633.577	543.433
Reserva de capital		18.532	16.877
Ajuste de avaliação patrimonial		(111.948)	(152.465)
Reservas de lucros	17.2	1.107.273	841.568
Lucro acumulado		-	-
Total do patrimônio líquido		1.647.434	1.249.413
Total do passivo e patrimônio líquido		7.862.712	6.794.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	19	4.414.531	3.679.591
Energia elétrica comprada para revenda	21	(1.700.053)	(1.548.427)
Custo de construção		(917.051)	(725.821)
Custo da operação		(360.703)	(323.515)
Custos de energia elétrica, construção e operação	20	(2.977.807)	(2.597.763)
Lucro bruto		1.436.724	1.081.828
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	(110.209)	(116.005)
Despesas gerais e administrativas	20	(160.967)	(113.097)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	20	(75.336)	(71.575)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(71.425)	(94.352)
Total de despesas operacionais		(417.937)	(395.029)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		1.018.787	686.799
Receitas financeiras	23	651.803	458.012
Despesas financeiras	23	(1.051.227)	(773.002)
Resultado financeiro, líquido		(399.424)	(314.990)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		619.363	371.809
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.4	(112.342)	(12.403)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	15.4	8.243	4.686
Impostos sobre o lucro		(104.099)	(7.717)
Lucro líquido do exercício		515.264	364.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	515.264	364.092
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego)	47.771	(36.923)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	(16.242)	12.554
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	31.529	(24.369)
Total resultados abrangentes	546.793	339.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		471.701	14.716	(137.084)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	-	1.094.917
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>		-	1.625	-	-	-	-	-	-	-	1.625
Valor justo de opção de compra <i>Matching shares - vesting period</i>		-	536	-	-	-	-	-	-	-	536
Aumento de capital		71.732	-	-	(9.634)	(62.098)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(117.806)	-	(117.806)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	364.092	364.092
Resultado abrangente no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de <i>hedge accounting</i>		-	-	(36.815)	-	-	-	-	-	-	(36.815)
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos		-	-	12.517	-	-	-	-	-	-	12.517
Resultado benefício pós-emprego		-	-	(108)	-	-	-	-	-	-	(108)
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego		-	-	37	-	-	-	-	-	-	37
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	14.418	-	-	-	-	(14.418)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	75.727	-	-	-	(75.727)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(68.487)	(68.487)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de AIC		-	-	8.988	-	-	-	-	-	(8.988)	-
Realização da reserva de lucro a realizar		-	-	-	-	-	(1.095)	-	-	-	(1.095)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	30.070	-	(30.070)	-
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro		-	-	-	-	-	-	166.402	-	(166.402)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		543.433	16.877	(152.465)	14.418	75.727	90.576	630.777	30.070	-	1.249.413
Pagamentos baseados em ações - <i>Stock option</i>	18.1	-	570	-	-	-	-	-	-	-	570
Pagamentos baseados em ações - <i>Matching shares</i>	18.3	-	1.085	-	-	-	-	-	-	-	1.085
Aumento de capital	17.1a	90.144	-	-	(14.417)	(75.727)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(30.070)	-	(30.070)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	515.264	515.264
Resultado abrangente no exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de <i>hedge accounting</i>	25.4	-	-	46.768	-	-	-	-	-	-	46.768
Tributos diferidos sobre perda de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(15.901)	-	-	-	-	-	-	(15.901)
Resultado benefício pós-emprego		-	-	1.003	-	-	-	-	-	-	1.003
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego		-	-	(341)	-	-	-	-	-	-	(341)
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	20.554	-	-	-	-	(20.554)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	107.607	-	-	-	(107.607)	-
Desrecomposição de Incentivos Fiscais		-	-	-	-	(4.126)	-	-	-	4.126	-
Recomposição de Incentivos Fiscais		-	-	-	-	700	-	-	-	(700)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(97.632)	(97.632)
Realização de AIC		-	-	8.988	-	-	-	-	-	(8.988)	-
Realização da reserva de lucro a realizar		-	-	-	-	-	(22.725)	-	-	-	(22.725)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	27	-	(27)	-
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro		-	-	-	-	-	-	283.882	-	(283.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		633.577	18.532	(111.948)	20.555	104.181	67.851	914.659	27	-	1.647.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no exercício	515.264	364.092
Ajustes para:		
Amortização	203.184	162.827
Baixa de intangível e ativo financeiro	14.138	4.788
Atualização do ativo financeiro	(12.572)	(8.254)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a valor justo	234.215	613.244
Provisão e atualização para riscos judiciais	187.362	20.629
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	75.336	-
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	995	71.575
Baixa de recebíveis incobráveis	15.859	58.474
Provisão e atualização de encargos setoriais	35.226	30.542
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	267.496	(230.168)
Valor justo das opções de compra de ações - Vesting period	8.678	75
Rendimentos de aplicações financeiras	(102.896)	(86.068)
Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros	(631.153)	11.473
Imposto de renda e contribuição social correntes	112.342	12.403
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(8.243)	(4.686)
Participação nos lucros	13.182	9.860
Plano de aposentadoria e pensão	699	788
Ajuste a valor presente	14.660	12.852
Encargos de geração distribuída	-	2.669
Provisão para perda de estoque	10.729	4.473
Subtotal	954.501	1.051.588
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(119.132)	(39.988)
Depósitos judiciais	5.280	2.872
Almoxarifado	(9.114)	(2.559)
Impostos e contribuições a recuperar	(40.243)	(13.856)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	2.879	(25.615)
Outros créditos a receber	(55.669)	(7.412)
Fornecedores	44.137	(70.858)
Fornecedores - Risco sacado	(5.404)	(9.464)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(55.064)	(48.814)
Impostos e contribuições a recolher	31.484	(267)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	2.950	15.886
Contribuição de iluminação pública	(4.757)	5.533
Participação nos lucros	(18.343)	(10.840)
Encargos setoriais	(47.222)	(31.231)
Pagamento de processos judiciais	(17.494)	(23.846)
Plano de aposentadoria e pensão	(315)	(143)
Outras contas a pagar	7.197	62.648
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(278.830)	(197.954)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.876)	(5.260)
Juros pagos	(79.468)	(287.023)
Juros recebidos de aplicações financeiras	(224.354)	86.068
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	312.973	647.419
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(832.114)	(590.245)
Aplicações (resgates) financeiras	(63.888)	(235.269)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(896.002)	(825.514)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(686.365)	(581.919)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.050.000	657.630
Amortização de debêntures	(400.000)	-
Captação de debêntures	482.258	288.412
Recebimento de instrumentos derivativos	59.412	31.898
Dividendos pagos	(99.650)	(173.334)
Amortização do passivo de arrendamento	(658)	(561)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	404.997	222.126
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(178.032)	44.031
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	219.586	175.555
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	41.554	219.586
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(178.032)	44.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	5.064.957	4.384.753
Perdas por redução ao valor recuperável	(75.336)	(71.575)
Receitas de construção	917.051	725.821
Outras receitas	150	-
Subtotal	5.906.822	5.038.999
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.617.104)	(2.274.248)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(377.468)	(327.477)
Outras despesas	(89.358)	(102.473)
Subtotal	(3.083.930)	(2.704.198)
Valor adicionado bruto	2.822.892	2.334.801
Amortização	(203.184)	(162.827)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.619.708	2.171.974
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	670.365	465.403
Valor adicionado total a distribuir	3.290.073	2.637.377
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	56.518	46.375
Benefícios	13.856	12.842
FGTS	5.689	7.016
Subtotal	76.063	66.233
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	722.872	612.751
Estaduais	920.339	817.911
Municipais	666	582
Subtotal	1.643.877	1.431.244
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	768.499	684.196
Aluguéis	3.642	2.806
Outras despesas financeiras	282.728	88.806
Subtotal	1.054.869	775.808
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos	97.659	98.557
Lucros retidos	417.605	265.535
Subtotal	515.264	364.092
Valor adicionado	3.290.073	2.637.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Piauí"), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Cabral, nº 730, Centro Sul, na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km², atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 1.578.997 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando

indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas	Descrição
Contas a receber de clientes	6	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecidas, porém não faturada.
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	3.13.2.1 e 6.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.6 e 7	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	3.3.1 e 9	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	3.3.2 e 10	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.4 e 11	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.8.2 e 15	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias.
Provisão para riscos judiciais	3.14 e 16	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.

Tópicos	Notas	Descrição
Transações de pagamentos baseados em ações	3.9.2, 18.1 e 18.3	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo..
Transações de pagamentos baseados em ação – <i>Phantom Shares</i>	3.9.2 e 18.2	Mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.
Receita operacional líquida	3.1 e 19	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefícios pós-emprego	3.9 e 24	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros	3.12 e 25	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.17 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade;
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.3.1 – Ativo financeiro da concessão.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Ativo intangível e ativo financeiro da concessão

A Companhia opera sob contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica firmados com a União, na qualidade de poder concedente. O contrato estabelece que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão; e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

3.3.1 Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconhece ativo financeiro sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia.

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

3.3.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04, um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.3.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.4 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização) e, conseqüente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo poder concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.5 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.6 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros

A estrutura das tarifas de energia elétrica da Companhia é composta por:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- reajuste tarifário anual, para atualização de custos;
- revisão tarifária periódica a cada cinco anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, apurados no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.7 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

3.7.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo de nº 0038/2023 que outorga à Equatorial Piauí o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2023 até o ano de 2032.

3.7.2 Benefícios para reinvestimentos

O benefício fiscal, previsto na Lei nº 5.508/1968, permite o reinvestimento de até 30% do imposto de renda devido, acrescido de 50% de recursos próprios, em projetos nas áreas da SUDENE, nos termos do Decreto nº 4.213/2002. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

3.8.1 Imposto de renda e contribuições sociais correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.9 Benefícios a empregados

3.9.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 - Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

3.9.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. (Controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

3.10 Capital social

3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.10.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.11 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado pela dedução das constituições no exercício de Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva Legal cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente.

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48. As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.12.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.12.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.12.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

(a) *Hedge* de fluxo de caixa e a valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

3.12.6 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

3.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.13.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 25.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.13.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificara ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.13.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.13.3 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (pre-tax).

Para fins de aplicação do CPC 01, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

3.14 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elabora a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Administração monitora de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.17 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.17.1 Pronunciamento novos ou revisado aplicado pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.17.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis	01/01/2027
IFRS 19 (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	25.816	6.613
Equivalentes de caixa		
Aplicação direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	15.738	172.750
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	-	38.612
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.611
Subtotal de equivalentes de caixa	15.738	212.973
Total	41.554	219.586

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 97,57% do CDI (101,57% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Aplicação Financeira		
Fundo de Investimento	864.659	687.967
Cotas de fundos de investimento	849.143	590.058
Cotas de fundos de investimento FIDC	15.516	15.221
Títulos Públicos	-	63.829
Letra Financeira	-	18.859
Fundo Aberto	36.039	137.451
Recurso Vinculados (a)	7.456	10.475
Total circulante	908.154	835.893
Não circulante		
Recursos vinculados (a)	82	73
Total aplicações financeiras	908.236	835.966

- (a) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,69% do CDI (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	89.487	119.645	266.304	475.436	74.390	115.518	239.986	429.894
Industrial	14.802	1.525	3.408	19.735	12.595	1.727	4.006	18.328
Comercial	51.117	16.687	35.940	103.744	44.791	16.167	33.411	94.369
Rural	14.489	10.609	20.351	45.449	12.710	9.906	16.165	38.781
Poder público	30.138	14.048	23.365	67.551	27.322	11.915	17.472	56.709
Iluminação pública	12.067	1.976	9.803	23.846	9.731	4.759	10.710	25.200
Serviço público	17.449	5.858	21.649	44.956	14.068	15.478	15.448	44.994
Contas a receber de consumidores faturados	229.549	170.348	380.820	780.717	195.607	175.470	337.198	708.275
Residencial	64.519	7.346	109.599	181.464	81.393	8.438	108.066	197.897
Industrial	2.643	106	1.377	4.126	4.113	238	1.582	5.933
Comercial	8.026	798	13.492	22.316	10.519	1.068	14.480	26.067
Rural	3.893	473	5.046	9.412	4.452	539	4.907	9.898
Poder público	69.632	1.289	11.153	82.074	84.391	1.632	10.662	96.685
Iluminação pública	25.490	414	2.400	28.304	28.519	715	1.665	30.899
Serviço público	14.469	1.949	3.312	19.730	14.988	492	2.774	18.254
Parcelamentos (a)	188.672	12.375	146.379	347.426	228.375	13.122	144.136	385.633
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	108.506			108.506	92.996	-	-	92.996
Baixa renda (c)	51.115	-	-	51.115	38.533	-	-	38.533
Outras	35.706	-	-	35.706	34.781	-	-	34.781
Subtotal	613.548	182.723	527.199	1.323.470	590.292	188.592	481.334	1.260.218
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(35.178)	(22.666)	(337.096)	(394.940)	(37.020)	(24.240)	(305.262)	(366.522)
Total contas a receber clientes	578.370	160.057	190.103	928.530	553.272	164.352	176.072	893.696
Circulante				819.480				760.023
Não circulante				109.050				133.673

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 94.114 (R\$ 101.890 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 14.660 negativo, conforme nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro;
- (b) O contas a receber não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	(Provisões) / Reversões (b)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(211.769)	(54.953)	31.603	(235.119)
Parcelamentos	(139.883)	(17.275)	14.732	(142.426)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.906)	(384)	-	(2.290)
Outras (a)	(12.964)	(3.603)	1.462	(15.105)
Total	(366.522)	(76.215)	47.797	(394.940)

	2023	(Provisões) / Reversões	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(365.067)	(52.533)	205.831	(211.769)
Parcelamentos	(169.733)	(14.855)	44.705	(139.883)
Contas a receber de consumidores não faturados	(2.316)	410	-	(1.906)
Outras (a)	(16.329)	(4.435)	7.800	(12.964)
Total	(553.445)	(71.413)	258.336	(366.522)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do exercício gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 76.215, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 75.220 e R\$ 995, respectivamente, conforme notas explicativas nº 20 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 23 – Resultado financeiro.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2025
Parcela A							
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	(17.881)	22.753	58.302	(8.383)	-	-	54.791
		(596)	9.981	575	-	-	8.189
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(1.771)				-	-	
Rede básica	(1.131)	15.130	(2.272)	1.009	-	-	12.736
Compra de energia CVA (b)	(57.802)	20.638	181.833	1.900	-	-	146.569
ESS – encargos do serviço do sistema (c)	22.964	(3.176)	(22.711)	1.301	-	-	(1.622)
Subtotal	(55.621)	54.749	225.133	(3.598)	-	-	220.663
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia	(10.414)	4.001	(13.019)	(4.257)	-	-	(23.689)
Neutralidade (d)	(17.487)	(6.539)	26.969	831	-	-	3.774
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(16.165)	(14.028)	12.225	(312)	-	-	(18.280)
Risco hidrológico	(81.318)	-	8.936	(4.623)	-	-	(77.005)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	74.442	-	(78.167)	(267)	-	3992	-
CDE Modicidade Tarifária	(15.404)	2.481	12.047	(485)	(2.481)	-	(3.842)
Outros (f)	(13.067)	151.546	57.870	199.660	(469)	-	395.540
Subtotal	(79.413)	137.461	26.861	190.547	(2.950)	3.992	276.498
Total	(135.034)	192.210	251.994	186.949	(2.950)	3.992	497.161
Circulante							
Valores a receber	203.294						292.932
Valores a devolver	(340.653)						(184.107)
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(137.359)						108.825
Não circulante							
Valores a receber	144.161						509.968
Valores a devolver	(141.836)						(121.632)
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	2.325						388.336
Efeito líquido total	(135.034)						497.161

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação (i)	2024
Parcela A								
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	4.142	(13.280)	(9.661)	918	-	-	-	(17.881)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(8.322)	162	6.967	(578)	-	-	-	(1.771)
Rede básica	39.242	(21.345)	(21.950)	2.922	-	-	-	(1.131)
Compra de energia CVA (b)	(84.739)	40.503	(4.233)	(9.333)	-	-	-	(57.802)
ESS – encargos do serviço do sistema (c)	22.967	(4.376)	1.670	2.703	-	-	-	22.964
Subtotal	(26.710)	1.664	(27.207)	(3.368)	-	-	-	(55.621)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	21.758	428	(31.176)	(1.424)	-	-	-	(10.414)
Neutralidade (d)	(35.108)	14.346	3.859	(584)	-	-	-	(17.487)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(13.162)	(15.447)	12.854	(410)	-	-	-	(16.165)
Risco hidrológico	(72.437)	8.288	(13.497)	(3.672)	-	-	-	(81.318)
Compensação créditos PIS/COFINS (e)	10.941	-	112.607	190	-	(49.296)	-	74.442
CDE Modicidade Tarifária	(11.557)	15.114	(2.646)	(1.201)	(15.114)	-	-	(15.404)
Outros	46.570	15.486	(95.376)	(301)	(772)	-	21.326	(13.067)
Subtotal	(52.995)	38.215	(13.375)	(7.402)	(15.886)	(49.296)	21.326	(79.413)
Total	(79.705)	39.879	(40.582)	(10.770)	(15.886)	(49.296)	21.326	(135.034)
Circulante								
Valores a receber	177.879							203.294
Valores a devolver	(210.941)							(340.653)
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	(33.062)							(137.359)
Não circulante								
Valores a receber	74.795							144.161
Valores a devolver	(121.438)							(141.836)
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	(46.643)							2.325
Efeito líquido total	(79.705)							(135.034)

- (a) A conta de CDE foi impactada no período pelos custos com as quotas de CDE USO e GD de acordo com a REH nº 3.433 de 10 de dezembro de 2024 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, por ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024 e 2025, resultando em um movimento positivo de R\$ 33.810, em contrapartida registrou-se um movimento passivo de devolução de cobertura dos encargos CDE Covid e Escassez, que tiveram os empréstimos quitados, com efeito negativo de R\$ 58.950, o efeito positivo do processo tarifário em R\$ 47.893 resultando no movimento positivo da conta de CDE em R\$ 22.753;
- (b) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados à distribuidora para atendimento ao mercado, o que explica o movimento principal de R\$ 151.979, (ii) o efeito negativo do processo tarifário em R\$ 110.949; e (iii) o efeito negativo de R\$ 20.392 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro, ainda não homologada pela ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 20.638;
- (c) O ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de provisão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal constituição passiva no valor de R\$ 5.306. Por outro lado, o reajuste tarifário gerou um efeito positivo de R\$ 2.130;
- (d) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No exercício atual, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 10.676 e efeito positivo do processo tarifário em R\$ 4.136; totalizando um valor negativo de R\$ 6.539;
- (e) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS; e
- (f) O saldo de constituição foi afetado, principalmente, pela constituição do Ativo referente a Diferença de receita da Revisão Tarifária Extraordinária de 2019 positivo em R\$ 212.026, pela Reversão de cobertura excedente relacionado a conta escassez hídrica negativo em R\$ 106.883 e pela constituição de Quitação da Conta Covid positivo em R\$ 47.169, além de encargos financeiros relacionados que somados afetam negativamente R\$766. Já o saldo de atualização foi afetado, principalmente devido a atualização financeira lançada referente a constituição do Ativo da Diferença de receita da Revisão Tarifária Extraordinária de 2019 positivo em R\$ 187.877, pela atualização de Quitação da Conta Covid positivo em R\$ 12.251, além de encargos financeiros relacionados que somados afetam negativamente R\$468.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada 5 anos ocorre a Revisão Tarifária Periódica (RTP) sendo a próxima revisão em 2028, quando também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de novembro de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.555, de 25 de novembro de 2025, foram reajustadas, em média, 13,57%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, de 2 de dezembro de 2025 a 1º de dezembro de 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 49.402 (R\$ 50.245 em 31 de dezembro de 2024) de bandeiras tarifárias, sendo que R\$ 79.656 (R\$ 47.169 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de faturamento junto aos clientes, e R\$ 30.254 negativos (R\$ 3.076 em 31 de dezembro de 2024) pagamentos via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCBRT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Companhias	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	19.799	-	23.420
Associação para Assinatura de Energia	(a)	155	1.858	620	-
Total		155	21.657	620	23.420
Outros créditos a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	287	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	626	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	254	-	45	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	-	-	144	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.281	-	731	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	211	192	201
Total		2.161	211	1.399	201
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	2.619	6.721	1.403	4.365
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	881	6.595	1.809	5.745
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	264	2.027	422	1.632
Companhia De Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	83	750	149	516
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	300	2.760	552	2.391
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	782	7.955	1.431	2.719
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e)	-	24	10	34
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e)	-	24	9	34
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e)	-	34	9	42
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e)	-	74	62	138
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e)	-	26	10	36
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e)	-	28	9	37
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e)	-	45	21	67
Total		4.929	27.063	5.896	17.756
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.131)	-	(482)	(373)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(f)	(791)	-	(4)	-
E-nova Geração Distribuída S.A.	(g)	-	-	-	(1)
Companhia De Eletricidade do Amapá - CEA	(f)	(78)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(f)	-	-	(37)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(i)	(3.971)	(6.316)	(313)	(3.557)
Equatorial Serviços S.A.	(r)	(5.875)	(23.326)	(5.400)	(22.664)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(k)	(119)	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(l)	-	(55)	(64)	(557)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	-	(50)	(57)	(549)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(l)	-	(73)	(83)	(804)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	-	(133)	(150)	(1.437)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(l)	-	(80)	(43)	(596)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(l)	-	(76)	(86)	(824)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(l)	-	(106)	(77)	(925)
Total		(11.965)	(30.215)	(6.796)	(32.287)
Dividendos a pagar (j)					
Controladora direta					
Equatorial Distribuição S.A.	(j)	(114.260)	-	(66.063)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Minoritários	(j)	(6.102)	-	(3.522)	-
Total		(120.362)	-	(69.585)	-

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Companhias	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	-	(4.761)	(4.175)	(16.004)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(6.128)	(23.767)	(5.534)	(17.303)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(977)	(6.767)	(1.532)	(7.208)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(401)	(3.037)	(1.015)	(3.117)
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	(56)	(699)	(239)	(690)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(307)	(2.699)	(1.029)	(2.531)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(863)	(7.644)	(2.504)	(3.996)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(e)	-	(2)	(6)	(13)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(e)	-	(13)	(10)	(29)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(e)	-	(2)	(2)	(6)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(e)	-	(392)	(125)	(470)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(e)	-	(2)	(5)	(12)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(e)	-	(2)	(1)	(4)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(e)	-	(4)	(15)	(31)
Instituto Equatorial	(s)	-	(2.160)	-	(2.314)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Fundação de Previdência (EQTPREV)	(n)	-	-	-	(1.325)
Total		(8.732)	(51.951)	(16.192)	(55.053)
Investimentos em serviço (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
		2025		2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(o)	45	(45)	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(p)	662	(662)	662	(662)
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(q)	251	(251)	251	(251)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(h)	107	(107)	112	(112)
Total		1.065	(1.065)	1.025	(1.025)

- (a) Os valores são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí pelos municípios do Estado do Maranhão;
- (b) Os valores são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos;
- (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL;
- (e) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (f) Os valores são provenientes da compra de bens para o ativo imobilizado que está relacionado à atividade fim da Equatorial Piauí;
- (g) O contrato é referente aos serviços mensais de manutenção da rede solar;
- (h) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2024 e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (i) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses;
- (j) Refere-se a dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2025, conforme explicado na nota explicativa nº 17.3 – Dividendos a pagar;
- (k) Os valores se referem a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval) com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (n) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;

- (o) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2023 de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) anos e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (p) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (q) Relação de ativos cedidos em comodato de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (r) Os valores são provenientes do contrato de serviços de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses; e
- (s) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu despesas de doações.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 19.600 (R\$ 16.100 em 31 de dezembro de 2024), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 24 – Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 18.1 – Plano de opção de compra de ações.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Remuneração fixa anual	3.812	4.148
Salário ou Pró-labore	3.387	3.768
Benefícios diretos e indiretos	425	380
Remuneração variável	8.698	4.210
Remuneração baseada em ações	7.244	3.605
Benefícios pós emprego	132	86
Valor total da remuneração	19.886	12.049

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia contam com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao Ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Atualização do ativo financeiro	Transferência – Ativos de contrato	Baixas	2025
Ativo financeiro	632.144	12.572	90.585	(597)	734.704
Obrigações especiais (a)	(355.822)	-	-	-	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	276.322	12.572	90.585	(597)	378.882

	2023	Atualização do ativo financeiro	Transferência – Ativos de contrato	Baixas	2024
Ativo financeiro	541.817	8.254	82.092	(19)	632.144
Obrigações especiais (a)	(355.822)	-	-	-	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	185.995	8.254	82.092	(19)	276.322

- (a) O valor de R\$ 355.822 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021-SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020. O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

10 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2025				
	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	
Em serviço	4,30%	5.759.451	(1.761.935)	(716.317)	3.281.199
Total		5.759.451	(1.761.935)	(716.317)	3.281.199

Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024				
	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	
Em serviço	4,17%	5.092.245	(1.538.708)	(651.853)	2.901.684
Total		5.092.245	(1.538.708)	(651.853)	2.901.684

10.1 Movimentação do ativo intangível

	2024	Adições	Baixas	Transferência ativo contrato	2025
Em serviço	5.092.245	-	(38.536)	705.742	5.759.451
(-) Amortização	(1.538.708)	(248.222)	24.995	-	(1.761.935)
Total em serviço	3.553.537	(248.222)	(13.541)	705.742	3.997.516
Obrigações especiais em serviço	(1.089.358)	-	-	(110.185)	(1.199.543)
(-) Amortização	437.505	45.721	-	-	483.226
Total em obrigações especiais	(651.853)	45.721	-	(110.185)	(716.317)
Total	2.901.684	(202.501)	(13.541)	595.557	3.281.199

	2023	Adições	Baixas	Transferência ativos contrato	2024
Em serviço	4.579.825	-	(23.612)	536.032	5.092.245
(-) Amortização	(1.348.942)	(208.609)	18.843	-	(1.538.708)
Total em serviço	3.230.883	(208.609)	(4.769)	536.032	3.553.537
Obrigações especiais em serviço	(1.021.191)	-	-	(68.167)	(1.089.358)
(-) Amortização	391.072	46.433	-	-	437.505
Total em obrigações especiais	(630.119)	46.433	-	(68.167)	(651.853)
Total	2.600.764	(162.176)	(4.769)	467.865	2.901.684

A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

11 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2024	Adições (a)	Transferências		2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	697.735	917.051	(705.742)	(90.585)	818.459
Obrigações especiais	(132.102)	(7.635)	110.185	-	(29.552)
Total ativos de contrato	565.633	909.416	(595.557)	(90.585)	788.907

	2023	Adições (a)	Transferências		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	590.038	725.821	(536.032)	(82.092)	697.735
Obrigações especiais	(144.997)	(55.272)	68.167	-	(132.102)
Total ativos de contrato	445.041	670.549	(467.865)	(82.092)	565.633

(a) O montante de R\$ 909.416 refere-se às adições líquidas de ativo contratual reconhecidas no exercício, onde R\$ 832.114 impactou o caixa da Companhia, R\$ 23.915 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 56.082 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 8.034 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos e R\$ 10.729 refere-se a provisão para perda de estoque, ver informações na nota explicativa nº 26 – Demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

12 Fornecedores

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica (a)	164.425	135.325
Encargos de uso da rede elétrica	42.483	40.126
Materiais e serviços	182.192	155.578
Repasse de energia livre	32.491	27.679
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	11.965	6.796
Total fornecedores	433.556	365.504

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou um aumento de R\$ 29.100 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) aumento de R\$ 19.151 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; (ii) aumento de R\$ 9.949 das despesas do Mercado de Curto Prazo devido ao crescimento do PLD projetado para a região em R\$ 263,00 (R\$ 243,30 em 2024).

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 51 dias (58 dias em 31 de dezembro de 2024).

12.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza as faturas ao FIDC que, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 37.771 (R\$ 43.175 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 259.601 durante o exercício findo em de 31 de dezembro de 2025 (R\$ 249.170 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 80 dias (84 dias em 31 de dezembro de 2024).

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024		
		Principal e encargos			Principais e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)							
CDI	de 1,00% a.a. até 1,77% a.a.	314.427	767.333	1.081.760	637.985	836.749	1.474.734
Total moeda estrangeira		314.427	767.333	1.081.760	637.985	836.749	1.474.734
Moeda nacional							
PRÉ-FIXADO	5,00% a.a.	28.759	1.033.580	1.062.339	27.593	1.059.463	1.087.056
CDI	de -0,05% a.a. até 1,05% a.a.	400.035	656.178	1.056.213	6.162	350.000	356.162
IPCA	de 3,93% a.a. até 4,43% a.a.	79.703	1.024.772	1.104.475	76.165	1.054.241	1.130.406
Subtotal		508.497	2.714.530	3.223.027	109.920	2.463.704	2.573.624
(-) Ajuste a valor presente – AVP (a)		-	(512.274)	(512.274)	-	(534.709)	(534.709)
(-) Custo de captação		(200)	(3.327)	(3.527)	(2)	(31)	(33)
Total moeda nacional		508.297	2.198.929	2.707.226	109.918	1.928.964	2.038.882
Total empréstimos e financiamentos		822.724	2.966.262	3.788.986	747.903	2.765.713	3.513.616

- (a) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida cujos juros foram repactuados para 5% a.a. A Companhia reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 512.274 (R\$ 534.710 em 31 de dezembro de 2024).

13.2 Movimentação de Empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	329.375	1.732.589	246.338	734.080	3.042.382
Ingressos	-	200.000	-	457.630	657.630
Encargos (a)	153.267	-	70.173	(132)	223.308
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	12.798	40.772	155.875	133.313	342.758
Transferências	44.395	(44.395)	488.142	(488.142)	-
Amortizações de principal	(296.174)	-	(285.745)	-	(581.919)
Pagamentos de juros	(156.181)	-	(36.798)	-	(192.979)
Ajuste a valor presente	22.435	-	-	-	22.435
Custo de transação (c)	3	(2)	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	109.918	1.928.964	637.985	836.749	3.513.616
Ingressos	14.118	705.882	-	330.000	1.050.000
Encargos (a)	176.483	-	46.493	-	222.976
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	2.961	40.176	(31.894)	(96.795)	(85.552)
Transferências	472.446	(472.446)	302.621	(302.621)	-
Amortizações de principal	(118.306)	-	(568.059)	-	(686.365)
Pagamentos de juros	(171.912)	-	(72.719)	-	(244.631)
Ajuste a valor presente	22.436	-	-	-	22.436
Custo de transação (c)	153	(3.647)	-	-	(3.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	508.297	2.198.929	314.427	767.333	3.788.986

- (a) O montante de R\$ 222.976 refere-se a encargos reconhecidos no exercício, onde R\$ 214.942 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 8.034 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 11 – Ativos de contrato;
- (b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



(c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

13.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	822.724	22%
2026	587.338	16%
2027	469.861	12%
2028	147.039	4%
2029	148.537	4%
De 2030 Até 2048	2.129.089	56%
Subtotal	3.481.864	92%
Ajuste a valor presente (não circulante)	(512.274)	-14%
Custo de captação (não circulante)	(3.328)	0%
Não circulante	2.966.262	78%
Total empréstimos e financiamentos	3.788.986	100%

13.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* apurados na Companhia, no caso empréstimo com Santander e Bank of America e Scotiabank.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Santander	Scotiabank	Bank of America
1º Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5

A Equatorial S.A. é garantidora no empréstimo com o Scotiabank, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. O *covenant*

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



estabelecido nos contratos consiste na relação Dívida Líquida/EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

14 Debêntures

14.1 Composição de debêntures

Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
CDI de -0,16% a.a. até 0,41% a.a.	16.404	828.272	844.676	7.937	703.891	711.828
Subtotal	16.404	828.272	844.676	7.937	703.891	711.828
(-) Custo de captação	(2.480)	(25.617)	(28.097)	-	(11.589)	(11.589)
Total moeda nacional	13.924	802.655	816.579	7.937	692.302	700.239
Total empréstimos e financiamentos	13.924	802.655	816.579	7.937	692.302	700.239

14.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.200	400.000	403.200
Ingressos	-	300.000	300.000
Encargos	54.318	-	54.318
Pagamento de juros	(49.581)	-	(49.581)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	-	3.890	3.890
Custo de captação	-	(11.588)	(11.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.937	692.302	700.239
Ingressos	-	500.000	500.000
Encargos	82.436	-	82.436
Transferências	394.569	(394.569)	-
Amortização de principal (a)	(400.000)	-	(400.000)
Pagamentos de juros (a)	(73.969)	-	(73.969)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	1.718	22.664	24.382
Custo de captação	1.233	(17.742)	(16.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.924	802.655	816.579

- (a) Em 24 de outubro de 2025, ocorreu resgate antecipado da 1ª emissão de Debêntures, no montante de R\$ 454.414; e
- (b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	13.924	2%
2028	50.000	6%
De 2029 até 2037	778.273	94%
Subtotal	828.273	100%
Custo de captação (Não circulante)	(25.618)	-3%
Total não circulante	802.655	98%
Total debêntures	816.579	100%

14.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas possuem *covenants* não financeiros e financeiros, apurados na Companhia, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debentures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,5	2,5	2,5

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	314.697	384.582
Base negativa	106.190	131.152
Subtotal	420.887	515.734
Diferenças temporárias (ativo)		
Provisão para riscos judiciais	112.422	57.514
PECLD	4.926	-
Provisão para participação nos lucros	5.882	8.113
Receitas/Custo – CPC 47	1.989	1.068
Arrendamento - CPC 06 (R2)	52	45
Provisão para perda de estoque	2.190	-
SWAP	29.888	-
Outras despesas não dedutíveis	6.762	9.961
Provisões atuariais	52.946	53.155
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	38.868
Subtotal	255.925	168.724
Diferenças temporárias (passivo):		
Instrumentos Financeiros - CPC 48/IFRS 09	(7.824)	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(16.754)	(12.480)
Ajuste a valor presente	(168.041)	(173.032)
Variação cambial	(32.963)	-
Marcação a mercado - valor justo	(3.549)	-
Provisão para pagamento baseado em ações	(389)	-
PECLD	-	(5.410)
SWAP	-	(38.341)
Subtotal	(229.520)	(229.263)
Total tributo diferido ativo	447.292	455.195

15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025						
	2024	Resultado do período	Outros Resultado abrangente	Baixas	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	384.582	(69.955)	-	70	314.697	314.697	-
Base negativa	131.152	(24.989)	-	26	106.189	106.189	-
Provisão para riscos judiciais	57.514	54.908	-	-	112.422	112.422	-
PECLD	(5.410)	10.336	-	-	4.926	4.926	-
Ajuste a valor presente	(173.032)	4.991	-	-	(168.041)	-	(168.041)
Atualização do ativo financeiro VNR	(12.480)	(4.274)	-	-	(16.754)	-	(16.754)
Provisão para pagamento baseado em ações	-	(389)	-	-	(389)	-	(389)
Provisão atuariais	53.155	132	(341)	-	52.946	52.946	-
Provisão para participação nos lucros	8.113	(2.231)	-	-	5.882	5.882	-
Provisão para perda de Estoque	-	2.190	-	-	2.190	2.190	-
Variação Cambial	-	(32.963)	-	-	(32.963)	-	(32.963)
Marcação a valor justo	-	(3.549)	-	-	(3.549)	-	(3.549)
Variação Swap	(38.341)	84.130	(15.901)	-	29.888	29.888	-
Receitas/Custos – CPC 47	1.068	921	-	-	1.989	1.989	-
Arrendamentos – CPC 06	45	7	-	-	52	52	-
Instrumentos financeiros – CPC 48/	-	(7.824)	-	-	(7.824)	-	(7.824)
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Outras provisões não dedutíveis	9.961	(3.198)	-	-	6.763	6.763	-
Total	455.195	8.243	(16.242)	96	447.292	676.812	(229.520)

	2023	Resultado do exercício	2024				
			Outros resultados abrangentes	Baixas	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	349.001	36.355	-	(774)	384.582	384.582	-
Base negativa	104.893	26.537	-	(278)	131.152	131.152	-
Provisão para riscos judiciais	53.273	4.241	-	-	57.514	57.514	-
PECLD	(19.745)	14.335	-	-	(5.410)	-	(5.410)
Ajuste a valor presente	(178.972)	5.940	-	-	(173.032)	-	(173.032)
Atualização do ativo financeiro VNR	(9.673)	(2.807)	-	-	(12.480)	-	(12.480)
Provisão atuariais	52.898	220	37	-	53.155	53.155	-
Provisão para participação nos lucros	8.936	(823)	-	-	8.113	8.113	-
Variação Swap	31.581	(82.439)	12.517	-	(38.341)	-	(38.341)
Receitas/Custos - CPC 47	948	120	-	-	1.068	1.068	-
Arrendamentos - CPC 06	15	30	-	-	45	45	-
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Outras provisões não dedutíveis	6.984	2.977	-	-	9.961	9.961	-
Total	439.007	4.686	12.554	(1.052)	455.195	684.458	(229.263)

15.3 Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	69.689	73.443	69.393	464.287	676.812

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 676.812 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, que correspondem a R\$ 314.697, R\$ 106.189 e R\$ 255.926, respectivamente.

15.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	619.363	619.363	371.809	371.809
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(154.841)	(55.743)	(92.952)	(33.463)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(2.854)	174	534	(6)
Incentivo PAT	1.756	-	1.057	-
Incentivo prorrogação licença-maternidade	53	-	45	-
IRPJ subvenção governamental	107.607	-	75.727	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	(251)	28.931	12.410
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(48.279)	(55.820)	13.342	(21.059)
Alíquota efetiva	8%	9%	-4%	6%
Imposto Corrente	(53.787)	(58.555)	(1.433)	(10.970)
Imposto Diferido	5.508	2.735	14.775	(10.089)

16 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	285.058	9.647	113.045	4.472
Fiscais	17.396	9.878	17.498	9.878
Trabalhistas	21.755	3.600	33.169	14.055
Regulatórias	9.371	-	-	-
Total	333.580	23.125	163.712	28.405
Circulante (a)	207.954	189	44.747	189
Não circulante	125.626	22.936	118.965	28.216

- (a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

16.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024		2025			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cíveis	113.045	16.442	(11.455)	(2.902)	169.928	285.058
Fiscais	17.498	-	-	(164)	62	17.396
Trabalhistas	33.169	1.320	(6.039)	(5.110)	(1.585)	21.755
Regulatórias	-	8.197	-	-	1.174	9.371
Total de provisões	163.712	25.959	(17.494)	(8.176)	169.579	333.580
	2023		2024			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cíveis	110.443	10.293	(13.180)	(3.167)	8.656	113.045
Fiscais	6.940	9.878	-	(2)	682	17.498
Trabalhistas	39.668	2.259	(10.666)	(1.262)	3.170	33.169
Total de provisões	157.051	22.430	(23.846)	(4.431)	12.508	163.712

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o exercício; e
(3) Atualizações/Reversões monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	440.165	367.133
Fiscais	4.929	5.888
Trabalhistas	153.107	104.185
Total	598.201	477.206

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos:

a) Cíveis

A Companhia figura como ré em processos os quais se referem aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Dentre os processos prováveis, destacam-se os seguintes:

Processo relacionado a suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R\$ 56.505 (R\$ 53.505 em 31 de dezembro de 2024), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução.

Três ações judiciais movidas contra a Companhia alegam suposto descumprimento contratual, totalizando R\$ 120.384 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente, dois processos encontram-se em fase recursal e um em fase de instrução.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cujas possibilidades de perda, em 31 de dezembro de 2025, são avaliadas pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 440.165 (R\$ 367.133 em 31 de dezembro de 2024).

Os processos possíveis mais relevantes são:

Processo relacionado a suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R\$ 23.639 (R\$ 22.452 em 31 de dezembro de 2024); e

Processo relacionado a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 240.733 (R\$ 225.268 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está pendente de julgamento de agravo protocolado pela empresa após a sentença declarar a incompetência da Justiça Federal.

b) Fiscais

A Companhia realizou um depósito judicial referente aos valores de PIS/COFINS devidos pela apuração referente a fevereiro de 2024, no valor de R\$ 9.878. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 4.929 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.888 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS. Na esfera fiscal há processos nos quais se discute incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota.

Processo relacionado a ação anulatória proposta pela Companhia visando o cancelamento de autuação, de onde se extraía débitos tributários de IRPJ/CSLL incidentes sobre perdas técnicas e não técnicas ocorridas no sistema de distribuição elétrica. Com valor provisionado de R\$ 2.177 (R\$ 1.996 em 31 de dezembro de 2024). A empresa requereu a desistência da ação para usufruir do PERT. Ocorre que, ao homologar a desistência da demanda, o juiz determinou que a empresa pagasse honorários advocatícios fixados em 3% sobre o valor da causa, de acordo com o art. 85, § 3º, do CPC. Foi interposta apelação em face da condenação dos honorários, e encontra-se conclusa para julgamento.

Processo relacionado a ação cautelar de arresto proposta pelo Estado do Piauí face a ausência de repasse do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica. A sentença pôs termo à ação cautelar e condenou a empresa ao pagamento de honorários advocatícios. Foi interposta apelação, quanto à condenação dos honorários, que teve seu provimento negado. Oposto embargos, os quais foram improvidos. Recurso Especial interposto pela cia e não conhecido. O referido recurso da cia foi admitido após a interposição do agravo interno, por meio do qual o Superior Tribunal de Justiça deu provimento para anular o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, determinando que fosse aplicada aos honorários sucumbenciais a legislação vigente à época, estando atualmente pendente o novo julgamento da matéria pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Com valor provisionado de R\$ 4.304 (R\$ 4.022 em 31 de dezembro de 2024).

c) Trabalhistas

O passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre os processos prováveis, destacam-se as seguintes ações:

Processo cujo objeto é o pedido de cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobrás – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para que sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 58.312 (R\$ 55.073 em 31 de dezembro de 2024);

Processo cujo autor é o Ministério Público do Trabalho e possui como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R\$ 7.001 (R\$ 6.480 em 31 de dezembro de 2024); e

Processo cujo autor é o Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Prestadores de Serviços do Estado do Piauí e possui como objeto o pagamento das verbas rescisórias e depósito de FGTS dos colaboradores da terceirizada DINAMO ENGENHARIA LTDA. Os pedidos foram julgados procedentes

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



para o pagamento das verbas rescisórias e depósito do FGTS. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R\$ 8.100 (0 em 31 de dezembro de 2024).

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 633.577 (R\$ 633.577 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 1.382.142.880 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, cento e quarenta e duas mil, oitocentas e oitenta) ações, divididas em 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentas e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2025			%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.325.250	58.707.541	1.312.032.791	94,93%
Minoritários	66.280.951	3.829.138	70.110.089	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100,00%

a) Aumento de capital social

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 90.144, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 75.727 e da Reserva Legal no valor de R\$ 14.418, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025.

17.2 Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal (a)	20.555	14.418
Reserva de incentivos fiscais (b)	104.181	75.727
Reserva de lucros a realizar (c)	67.851	90.576
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (d)	914.659	630.777
Reserva de dividendos adicionais propostos (e)	27	30.070
Total de reservas de lucros (f)	1.107.273	841.568

b) Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal da Companhia é de R\$ 20.555 (R\$ 14.418 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09) e reduz a base de cálculo da reserva legal.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 104.181 (R\$ 75.727 em 31 de dezembro de 2024).

d) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída, em 2021, com o objetivo de não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia, decorrente da constituição do ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 67.851 (R\$ 90.576 em 31 de dezembro de 2024).

e) Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. O valor total dessa reserva não excederá 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$ 914.659 (R\$ 630.777 em 31 de dezembro de 2024).

f) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva é de R\$ 27 (R\$ 30.070 em 31 de dezembro de 2024).

g) Reservas de lucros

As reservas de lucro da Companhia, de acordo com o artigo nº 199 da lei nº 6.404/76, ultrapassam o limite do Capital Social, e deverá ser definido em assembleia se esse excesso será um aumento de capital, integralização ou distribuição de dividendos. Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 25 de março de 2026, o valor excedente da reserva de lucro será destinado para aumento de capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 206.336.

17.3 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	515.264	364.092
(-) Reserva legal	(20.554)	(14.418)
(-) Reserva fiscal	(104.181)	(75.727)
Lucro líquido ajustado	390.529	273.947
Dividendos mínimos obrigatórios	97.632	68.487
Dividendos adicionais propostos - nota explicativa 17.2 Reserva de Lucros	27	30.070
Total de dividendos mínimos e adicionais	97.659	98.557
Realização da reserva estatutária de reforço de capital de giro	283.882	166.402
Realização do AIC	8.988	8.988
Total lucro líquido ajustado	390.529	273.947

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.531
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	117.806
Dividendos mínimos obrigatórios	68.487
Realização da reserva de lucro a realizar	1.095
Pagamento de dividendos	(173.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69.585
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	30.070
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	97.632
Realização da reserva de lucro a realizar (a)	22.725
Pagamento de dividendos	(99.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	120.362

- (a) A distribuição de dividendos a pagar referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, será de R\$ 120.362, constituído por R\$ 97.632 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 22.725 da realização de reserva de lucro, conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2026.

18 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial, que representam, direitos de compra de ações emitidas pela Companhia, e reconhecer a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



18.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

a) Movimentação durante o exercício

Em opções	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	350.000	-	2.210.000	-
Encerradas durante exercício	(105.000)	-	(1.840.000)	-
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	-	-	125.000	23,63
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	25.000	22,67	25.000	23,00
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	25.000	22,64	25.000	22,98
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	120.000	25,73	120.000	26,04
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	75.000	30,11	75.000	30,45
Existentes ao fim do exercício	245.000	-	370.000	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,11 anos (3,91 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,65	11,26
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,50	31,53
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,85	10,69
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,11	3,91
Média ponderada do preço das ações (R\$)	31,29	28,90
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

A despesa reconhecida na Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 570 (R\$ 1.613 em 31 de dezembro 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

18.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Piauí, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	332.978	31,60	334.950	33,32
Outorgadas durante o exercício	198.021	-	-	-
Cancelamento/ transferência (a)	(45.784)	-	(1.972)	-
Pagamentos	(91.250)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	393.965	38,41	332.978	31,67

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma provisão de R\$ 7.023 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 2.086 negativo em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

18.3 Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em ações	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1ª de janeiro	52.456	-	-	-
Outorgadas durante o exercício	62.852	-	52.456	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	52.457	31,12	52.456	31,12
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	62.852	32,22	-	-
Existentes ao fim do exercício	115.309	-	52.456	-

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.085 (R\$ 536 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

19 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2025	2024
Receita de distribuição	3.982.649	3.877.418
Remuneração financeira WACC (a)	15.259	12.363
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	444.204	(703)
Subvenção CDE--Outros(c)	246.348	177.662
Fornecimento de energia elétrica	4.688.460	4.066.740
Suprimento de energia elétrica (d)	50.483	23.501
Receita pela disponibilidade – uso da rede	188.969	149.043
Receita de construção (e)	917.051	725.821
Atualização do ativo financeiro	12.572	8.254
Outras receitas	124.473	137.215
Receita operacional bruta	5.982.008	5.110.574
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(920.339)	(817.911)
PIS e COFINS	(318.968)	(315.296)
Encargos do consumidor	(39.789)	(33.396)
ISS	(666)	(582)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(222.685)	(230.982)
Penalidades DIC/FIC e outras	(65.030)	(32.816)
Deduções da receita operacional	(1.567.477)	(1.430.983)
Receita operacional líquida	4.414.531	3.679.591

- (a) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL;
- (b) A variação positiva de R\$ 444.906 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição houve alteração de posição entre anos, de passiva passou a ser ativa, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 226.650 quando comparado com o exercício anterior; (ii) houve a constituição do montante de R\$ 212.026 relacionado ao Ativo de Diferença de Receita da RTE 2019 em dez/25, gerando uma variação positiva nessa linha; (iii) efeito negativo de R\$ 52.879 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias vermelhas ocorridas em 2025, diferente do ocorrido no exercício anterior; (iv) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 58.319; e (v) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 790;
- (c) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica apresentou aumento em relação ao exercício anterior, em decorrência das vendas de energia realizadas pela Distribuidora no Mercado de Curto Prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, negociadas ao preço médio do PLD de R\$ 696,53/MWh, valor superior ao registrado no exercício de 2024, quando as vendas ocorreram ao preço médio do PLD de R\$ 137,17/MWh. e
- (e) A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

20 Custo do serviço e despesas operacionais

	2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(25.358)	(19.457)	(50.016)	-	(94.831)
Material	(7.819)	(2.612)	(754)	-	(11.185)
Serviços de terceiros	(159.301)	(85.268)	(51.840)	-	(296.409)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.700.053)	-	-	-	(1.700.053)
Custo de construção (b)	(917.051)	-	-	-	(917.051)
PECLD (c)	-	-	-	(75.220)	(75.220)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(17.783)	-	(17.783)
Amortização	(167.414)	-	(35.770)	-	(203.184)
Outros	(811)	(2.872)	(4.804)	(116)	(8.603)
Total	(2.977.807)	(110.209)	(160.967)	(75.336)	(3.324.319)

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	2024				Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	
Pessoal	(20.532)	(19.103)	(44.567)	-	(84.202)
Material	(5.692)	(6.317)	(439)	-	(12.448)
Serviços de terceiros	(156.557)	(87.738)	(33.812)	-	(278.107)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.548.427)	-	-	-	(1.548.427)
Custo de construção (b)	(725.821)	-	-	-	(725.821)
PECLD (c)	-	-	-	(71.413)	(71.413)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(8.121)	-	(8.121)
Amortização	(141.388)	-	(21.439)	-	(162.827)
Outros	654	(2.847)	(4.719)	(162)	(7.074)
Total	(2.597.763)	(116.005)	(113.097)	(71.575)	(2.898.440)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 21 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 11 – Ativos de contrato e 19 – Receita operacional líquida; e
- (c) Para maior detalhamento referente a variação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, consultar nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

21 Energia elétrica comprada para revenda

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	3.790	(992.250)	3.767	(847.684)
Contratos Eletronuclear	146	(47.111)	148	(48.884)
Contratos cotas de garantias (b)	604	(188.491)	728	(179.795)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(82.420)	-	(103.550)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(123.986)	-	(63.574)
Programa incentivo fontes alternativas energia (PROINFA)	81	(42.791)	80	(33.989)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	153.306	-	140.271
Geração distribuída (d)	-	(48.507)	-	(81.327)
Subtotal	4.621	(1.372.250)	4.723	(1.218.532)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(327.803)	-	(329.895)
Total	4.621	(1.700.053)	4.723	(1.548.427)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes ao aumento do preço médio de pagamento do exercício em R\$ 261,81 em relação ao mesmo exercício em 2024 de R\$ 225,03, devido a atualização dos preços dos contratos vigentes e despacho térmico;
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e as despesas associadas a esses contratos no Mercado de Curto Prazo que apresentaram uma redução na despesa em 4,84% em relação ao ano anterior;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 60.412 no acumulado, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2024;
- (d) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar; e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não auditado.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



22 Outras despesas operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque	2.438	8.777
Outras receitas operacionais	618	1.826
Total de outras receitas operacionais	3.056	10.603
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(34.988)	(21.542)
Indenização por danos a terceiros	(1.102)	(1.331)
Provisão para perda de estoque	(13.167)	(13.250)
Baixa de recebíveis incobráveis (a)	(15.859)	(58.474)
Outras despesas operacionais	(9.365)	(10.358)
Total de outras despesas operacionais	(74.481)	(104.955)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(71.425)	(94.352)

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 64.588 e R\$ 48.729, (sendo R\$ 47.797 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2, e R\$ 932 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 15.859.

23 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras (a)	122.953	86.068
Valores a receber/devolver parcela A	220.171	10.749
Receita financeira de AVP	7.776	9.583
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	173.004	27.015
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	90.401	274.367
Acréscimo moratório de energia vendida	49.896	50.780
PIS/COFINS sobre receita financeira	(18.562)	(7.391)
Outras receitas financeiras	6.164	6.841
Total de receitas financeiras	651.803	458.012
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(33.222)	(21.519)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(357.897)	(44.199)
Despesa financeira de AVP	(22.436)	(22.435)
Encargos da dívida	(298.764)	(266.334)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (b)	(111.834)	(373.663)
Atualização de contingências	(169.579)	(12.508)
Descontos concedidos	(11.689)	(16.242)
Encargos da geração distribuída	-	(2.669)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber	(995)	-
Outras despesas financeiras	(44.811)	(13.433)
Total de despesas financeiras	(1.051.227)	(773.002)
Resultado financeiro líquido	(399.424)	(314.990)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da média de disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no exercício, em comparação com exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Além disso, houve impacto favorável da elevação da taxa CDI, que passou de 10,88% em 31 de dezembro de 2024 para 14,32% em 31 de dezembro de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%; e
- (c) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%.

24 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

24.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Tipo de Benefícios	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Equatorial BD	BD	EQTPREV	Contributivo	Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios
Contribuição Variável Equatorial	Contribuição Variável	EQTPREV	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios

24.2 Características dos outros benefícios

A Companhia oferece aos empregados, ex-empregados e dependentes planos de saúde e odontológicos, conforme a região:

Plano	Operadora	Tipo de Cobertura	Público-Alvo
Assistência Médica Humana	Humana Assistência Médica Ltda.	Saúde	Empregados e dependentes

24.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025.

Apuração do passivo (ativo) líquido	2025				2024			
	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Planos de Saúde e odont.	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Planos de Saúde e odont.
Déficit/(Superávit) apurado								
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	160	400.746	2.869	4.387	84	401.480	2.551	4.939
Valor justo dos ativos do plano	(1.879)	(482.460)	(34.123)	-	(1.304)	(479.329)	(20.896)	-
Déficit/(Superávit) apurado	(1.719)	(81.714)	(31.254)	4.387	(1.220)	(77.849)	(18.345)	4.939
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais								
Efeito do Teto de Ativo	1.345	81.714	31.254	-	913	77.849	18.345	-
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	1.345	81.714	31.254	-	913	77.849	18.345	-
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)								
Passivo/(Ativo) líquido apurado	(374)	-	-	4.387	(307)	-	-	4.939
Ativo não circulante				374				307
Passivo não circulante				4387				4.939

24.4 Resultado da avaliação atuarial

	2025				Total
	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Plano de Saúde e odont.	
Resultado do exercício					
Custo do serviço corrente líquido	15	-	-	-	15
Custo do serviço passado	-	-	-	125	125
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	8	47.490	319	600	48.417
Rendimento esperado dos ativos do plano	(167)	(57.185)	(2.609)	-	(59.961)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	118	9.695	2.290	-	12.103
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(26)	-	-	725	699
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(366)	10.879	(10.618)	-	(105)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	53	(5.048)	(1)	(1.003)	(5.999)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	313	(5.831)	10.619	-	5.101
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	-	-	-	(1.003)	(1.003)
	2024				
	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Plano de Saúde e odont.	Total
Resultado do exercício					
Custo do serviço corrente líquido	8	-	-	-	8
Custo do serviço passado	-	-	-	407	407
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	5	41.629	315	393	42.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	(74)	(47.651)	(438)	-	(48.163)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	48	6.022	124	-	6.194
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(13)	-	1	800	788
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(420)	44.480	(15.936)	-	28.124
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	8	(53.541)	(1.007)	162	(54.378)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	359	9.061	16.943	-	26.363
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(53)	-	-	162	109

24.5 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Ativos do plano incluem:	2025			2024		
	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Plano CD	Plano DB	Plano CV
Títulos Públicos	177.676	462.763	42.622	146.434	391.024	38.489
Fundos de Investimento:	513.622	75.228	33.221	223.844	78.398	28.445
Outros	110.227	36.999	5.145	92.542	39.014	4.547
Total	801.525	574.990	80.988	462.820	508.436	71.481

24.6 Obrigação de benefícios definido

(a) Premissas atuariais

Premissas em 31 de dezembro de 2025	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Planos de Saúde e odont.
	Taxa de inflação	4,05%	4,05%	4,05%
Taxa de desconto	12,06%	11,69%	11,50%	11,50%
Futuros aumentos salariais	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%
Futuros aumentos de pensão	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%
Mortalidade geral	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%

Premissas em 31 de dezembro de 2024	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Planos de Saúde e odont.
	Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto	12,97%	12,45%	12,49%	12,49%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%	AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2025				2024			
		Plano CD	Plano BD	Plano CV	Planos de Saúde e odont.	Plano CD	Plano BD	Plano CV	Planos de Saúde e odont.
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3)	(14.225)	(269)	(231)	(2)	(14.709)	(235)	(284)
	Redução de 0,5%	4	15.234	301	254	2	15.783	263	315
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	(8)	8.789	173	183	(4)	8.571	152	197
	Redução de 1 ano	9	(8.989)	(174)	(180)	5	(8.773)	(153)	(193)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	249	-	-	-	311,00
	Redução de 0,5%	-	-	-	(229)	-	-	-	(282)

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

24.7 Fluxo de caixa

1 Fluxo de caixa no exercício	2025				2024			
	Plano CD	Plano CB	Planos de Saúde e odont.	Total	Plano CD	Plano CB	Planos de Saúde e odont.	Total
Contribuições do empregador	41	-	274	315	27	-	116	143
Contribuição do participante	-	-	274	274	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	43.175	-	43.175	-	40.099	116	40.215
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte								
Contribuições do empregador	44	-	264	308	24	-	274	298
Contribuição do participante	-	-	264	264	-	-	-	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	93	42.812	-	42.905	52	41.547	274	41.873

25 Instrumentos financeiros

25.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 13.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 14.4 – *Covenants* das debêntures.

25.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os swaps contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os swaps contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

25.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários	-	Custo amortizado	25.816	25.816	6.613	6.613
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	15.738	15.738	212.973	212.973
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	908.236	908.236	835.966	835.966
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	928.530	928.530	893.696	893.696
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	497.161	497.161	2.325	2.325
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	112.770	112.770
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	378.882	378.882	276.322	276.322
Total do ativo			2.754.363	2.754.363	2.340.665	2.340.665

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	433.556	433.556	365.504	365.504
Fornecedores – risco sacado	-	Custo amortizado	37.771	37.771	43.175	43.175
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.094.675	3.103.139	3.513.616	4.036.006
Empréstimos e financiamentos	-	Valor justo por meio do resultado	694.311	694.311	-	-
Debêntures	2	Custo amortizado	-	-	700.239	694.634
Debêntures	-	Valor justo por meio do resultado	816.579	816.579	-	-
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	2.098	2.098	2.788	2.268
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	87.902	87.902	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	137.359	137.359
AICs ressarcíveis	3	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.270	6.270	9.406	9.406
Total do passivo			5.173.162	5.181.626	4.772.087	5.288.352

25.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

25.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante *notional*, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo		
									2025	2024	
Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	53.571	300.000	Anual	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 2,27% a.a. / CDI + 1,77% a.a.	(8.629)	12.316	
Santander	07/12/2022	16/11/2026	28.184	146.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Trimestrais	USDI + 6,24% a.a. / CDI + 1,62% a.a.	7.558	24.870	
Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	70.000	342.300	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 7,0235% a.a. / CDI + 1,38% a.a.	-	78.946	
XP	04/10/2024	15/09/2036	-	300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(20.573)	(25.354)	
Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	31.000	177.630	Anual	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(10.823)	6.957	
Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	49.123	280.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	(13.257)	15.035	
Itau	28/03/2025	15/08/2043	-	260.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI + 0,05% a.a.	(1.203)	-	
Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	58.929	330.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 4,8680% a.a./ CDI +1,00% a.a.	(25.322)	-	
XP	05/09/2025	15/08/2043	-	460.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI - 0,05% a.a.	(28.788)	-	
Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	6.876	-	
Bradesco	09/09/2037	15/08/2037	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,1962% a.a./ CDI - 0,16% a.a.	6.259	-	
Total									(87.902)	112.770	
									Ativo circulante	-	85.081
									Ativo não circulante	-	27.689
									Passivo circulante	(10.875)	-
									Passivo não circulante	(77.027)	-
									Efeito líquido total	(87.902)	112.770

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swap de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge e a inefetividade de hedge foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Valor contábil		Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidos em ORA	
			2025 Ativo (Passivo)	2024 Ativo (Passivo)	2025	2024
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.753.630	(87.902)	112.770	46.768	(36.815)

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor Nominal	Valor contábil		Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	
			2024 Ativo (Passivo)	2023 Ativo (Passivo)	2024	2023
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.545.930	112.770	(92.884)	(36.815)	14.061

25.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(e) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 41.554 (R\$ 219.586 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.13.2.1– Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	%Taxa média ponderada da perda média do			%Taxa média ponderada da perda média do		
	Saldo contábil bruto Parcelamentos	Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturado	Faturado	Saldo
A Vencer	188.672	14,83%	27.980	229.550	2,11%	4.844
Vencido 1 a 30	5.782	16,44%	951	113.464	6,32%	7.171
Vencido 31 a 60	4.046	29,21%	1.182	36.409	16,20%	5.898
Vencido 61 a 90	2.547	42,52%	1.083	20.475	30,26%	6.196
Vencido 91 a 180	7.687	48,74% a 56,35%	4.049	37.775	38,61% a 45,72%	15.941
Vencido 181 a 360	14.785	60,15% a 67,92%	9.536	52.779	45,72% a 45,72% a	24.131
Acima de 360	123.907	68,34% a 82,23%	97.645	290.265	68,62%	170.938
Total	347.426		142.426	780.717		235.119

Aging de parcelamentos saldos a vencer

	2025				Total
	2026	2027	2028	Após 2028	
Residencial	31.713	13.788	8.029	10.989	64.519
Industrial	1.538	1.003	76	26	2.643
Comercial	4.432	2.256	631	707	8.026
Rural	2.435	815	341	302	3.893
Poder público	13.606	12.154	10.299	33.573	69.632
Iluminação pública	5.944	5.209	4.018	10.319	25.490
Serviço público	2.969	2.459	1.999	7.042	14.469
Total a vencer	62.637	37.684	25.393	62.958	188.672

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2025					Total
	Venc. 91 à 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 à 1080 dias	Venc. de 1081 à 1530 dias	Venc. à mais de 1530 dias	
Residencial	15.942	22.090	19.504	31.534	20.529	109.599
Industrial	225	353	361	270	168	1.377
Comercial	1.971	2.495	2.233	4.032	2.761	13.492
Rural	819	939	759	1.505	1.024	5.046
Poder Público	1.840	2.662	2.133	2.314	2.204	11.153
Iluminação Pública	742	637	398	374	249	2.400
Serviço Público	936	1.369	441	319	247	3.312
Total de parcelamentos	22.475	30.545	25.829	40.348	27.182	146.379

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	% Taxa média ponderada da perda média não faturados	Saldo
A vencer	108.506	2,11%	2.290

PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD
A Vencer	7.734	2,11%	164
Vencido 1 a 30	3.027	6,32%	192
Vencido 31 a 60	571	16,20%	93
Vencido 61 a 90	(317)	30,26%	(96)
Vencido 91 a 180	(612)	38,61% a 45,72%	(249)
Vencido 181 a 360	(912)	45,72%	(417)
Acima de 360	29.580	45,72% a 68,62%	15.418
Total	39.071		15.105

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e Ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

(f) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 1,1 (1,4 em 31 de dezembro de 2024).

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	2.697.044	5.519.796	53.400	642.557	319.396	1.267.313	3.237.130
Empréstimos bancários sem garantia	1.091.942	1.369.938	192.650	253.610	556.376	367.303	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	3.788.986	6.889.734	246.050	896.167	875.772	1.634.616	3.237.130
Títulos de dívida emitidos sem garantia (Debêntures)	816.579	1.862.914	6.990	47.815	60.197	264.029	1.483.884
Subtotal - Debêntures	816.579	1.862.914	6.990	47.815	60.197	264.029	1.483.884
Fornecedores	433.556	433.556	191.653	209.412	32.491	-	-
Fornecedores – risco sacado	37.771	37.771	31.020	6.751	-	-	-
Subtotal – Fornecedores	471.327	471.327	222.673	216.163	32.491	-	-
Passivo de arrendamento	2.098	2.098	96	500	662	840	-
Subtotal – Passivo de arrendamento	2.098	2.098	96	500	662	840	-
Total	5.078.990	9.226.073	475.809	1.160.645	969.122	1.899.485	4.721.014

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e nº 14 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(g) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(h) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição ao câmbio é de 23,5% (35% em 31 de dezembro de 2024) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui quadro dívidas em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 25.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(1.081.760)	(1.170.268)	(1.462.835)	(1.755.402)	(877.701)	(585.134)	
Impacto no resultado do exercício			(88.508)	(292.567)	(585.134)	292.567	585.134	
<i>Swap - Ponta Ativa</i>	US\$	1.089.795	1.178.960	1.473.700	1.768.439	884.220	589.480	
Impacto em outros resultados abrangentes			657	2.173	4.346	(2.173)	(4.346)	
Impacto no resultado do exercício			88.508	292.567	585.134	(292.567)	(585.134)	
Impacto líquido no resultado do exercício total			-	-	-	-	-	
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa projetada	Taxa em 2025				
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)			5,95	5,50	+25%	+50%	-25%	-50%
					7,44	8,93	4,46	2,98

Fonte: B3

(i) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos, financiamentos e debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
			Impacto no resultado					
Ativos Financeiros								
Aplicações Financeiras	CDI	923.974	1.051.667	1.083.590	1.115.514	1.019.744	987.820	
Impacto no resultado do exercício				31.923	63.847	(31.923)	(63.847)	
Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.900.889)	(2.163.592)	(2.229.268)	(2.294.943)	(2.097.916)	(2.032.240)	
	IPCA	(1.104.477)	(1.145.453)	(1.155.697)	(1.165.941)	(1.135.209)	(1.124.965)	
Total passivos financeiros								
Impacto no resultado do exercício				(75.920)	(151.839)	75.920	151.839	
Swap - Ponta Passiva	CDI	1.140.270	1.297.855	1.337.251	1.376.648	1.258.459	1.219.062	
Impacto em outros resultados abrangentes				665	1.331	(665)	(1.331)	
Impacto no resultado do exercício				38.731	77.462	(38.731)	(77.462)	
Impacto líquido no resultado do exercício total			157.585	(5.266)	(10.530)	5.266	10.530	
Referência para ativos e passivos financeiros¹			Taxa projetada	Taxa em 2025	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)			13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
IPCA (%12 meses)			9,75%	4,46%	12,19%	14,63%	7,31%	4,88%

Fonte: B3.

(j) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 13 – Empréstimos e financiamentos e 14 – Debêntures.

(k) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais sinal de custo associado às condições de geração de eletricidade.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2025, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2026.

(l) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(m) Risco ambiental

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

25.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

26.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	90.585
Transferências entre ativo contratual e intangível	595.557
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	23.915
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	56.082
Total de atividades de investimento	766.139
Atividades de financiamento	
Dividendos mínimos obrigatórios	97.632
Dividendos adicionais distribuídos 2024	30.070
Realização da reserva de lucro a realizar	12.140
Capitalização de juros de empréstimos	8.034
Resultado de <i>hedge accounting</i>	46.768
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	32
Total de atividades de financiamento	194.676
Total	960.815

26.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros	Arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (a)	2025
Empréstimos e financiamentos	3.513.616	363.635	(244.631)	-	-	156.366	3.788.986
Debêntures	700.239	82.258	(73.969)	-	-	108.051	816.579
Passivos de arrendamento	2.788	(658)	(268)	(32)	-	268	2.098
Instrumentos financeiros derivativos	(112.770)	59.412	(79.468)	-	(46.768)	267.496	87.902
Dividendos a pagar	69.585	(99.650)	-	-	-	139.842	109.777
Totais	4.173.458	404.997	(398.336)	(32)	(46.768)	672.023	4.805.342

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

27 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada (em R\$)	2026 a 2037	1.273.698	1.254.353	1.320.979	16.935.990
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	4.720.436	4.762.210	4.828.661	51.514.781

(*) estimado 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

28 Eventos subsequentes

Liberação de recurso da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI – 0,7875% a.a.

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 206.336, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 20.554, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 107.607 e da Reserva Estatutária no valor de R\$ 78.175, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano De Lima Logrado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-PI

Relatório da Administração 2025

A Administração da Equatorial Piauí, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações não financeiras da Equatorial Piauí, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes.

Destaques de 2025

- ▶ O **mercado atendido** no ano cresceu 7,2% em relação a 2024 atingindo 5.559 GWh.
 - ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** no exercício de 2025, excluindo a receita de construção totalizou R\$ 3.497 bilhões, 18,4% maior que R\$ 2.954 bilhões registrados em 2024, este crescimento deve-se às vendas de classes, principalmente, do residencial.
 - ▶ Em 2025, a Companhia registrou R\$ 515 milhões de **Lucro Líquido**, comparado a R\$ 364 milhões de lucro no exercício anterior.
 - ▶ Os **investimentos** da Equatorial Piauí somaram R\$ 917 milhões em 2025, representando um crescimento de 26% em relação a 2024.
 - ▶ As **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2025 caíram 0,8 p. p. no ano, atingindo 17,1% da energia requerida.
-

02.Mensagem do Presidente

Chegamos ao sétimo ano de concessão no Piauí e os resultados alcançados em 2025 mostram um caminho alinhado com nossa missão e valores. Os investimentos aplicados, de forma estratégica, contribuíram para garantir energia com mais qualidade a milhares de lares e impulsionar empreendimentos que fortalecem a economia do estado. Para além das obras que trazem robustez ao sistema elétrico, atuamos com responsabilidade social em diversas frentes, em especial à educação e geração de renda.

Subestações foram modernizadas no sul piauiense, favorecendo o desenvolvimento do agronegócio, comércio e mineração. Na região litorânea, norte do estado, os investimentos reforçaram o turismo. Através dos planos operacionais, garantimos a continuidade do fornecimento de energia em períodos importantes do calendário, como durante as provas do Enem e nas festividades do fim de ano. Somente em 2025, foram aplicados mais de R\$ 917 milhões em obras estruturantes no Piauí.

Esse conjunto de ações garantiu o melhor resultado em DEC desde a chegada do Grupo Equatorial no estado. Fechamos o ano com a meta regulatória conquistada, alcançando 17,38, quase 10% além do esperado. Com o FEC, os números também atestam avanços no indicador, com 12,92% de redução comparado a 2024. Esse desfecho é motivador para continuarmos trabalhando, sempre buscando aprimorar a qualidade do serviço prestado.

Avançamos na universalização do acesso à energia elétrica por meio do programa federal Luz Para Todos. Com investimento de R\$ 105 milhões, 207.235 mil novas ligações foram concluídas em áreas rurais e remotas de diversos municípios piauienses. Outro resultado expressivo está na base de cadastros da Tarifa Social de Energia Elétrica. Mais de 570 mil unidades consumidoras receberam o benefício ao longo do ano, gerando uma economia de 273 milhões para essas famílias.

Buscando reduzir o número de acidentes com população, ampliamos as ações do “Movimento Você + Seguro” e impactamos mais de 15 milhões de pessoas em 2025. Além de levar informação à população na TV e no rádio, massificando conteúdos que orientam e estimulam comportamentos seguros, também atuamos de forma aproximativa com públicos segmentados. Por meio de um termo de convênio assinado com a Prefeitura de Teresina, garantimos que ações educativas fossem incluídas como atividades extracurriculares para 90 mil alunos de todas as escolas municipais.

Ampliamos nossas ações de responsabilidade social com iniciativas do Instituto Equatorial. Por meio de editais, pudemos contribuir com projetos de Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam em diversos municípios. Com capilaridade e alcance territorial, foi possível fortalecer bases comunitárias no território de concessão. Esse investimento social soma à política de patrocínio por leis de incentivo para cultura, esporte e turismo. Em 2025, chegamos a marca aproximada de R\$ 32 milhões aplicados em projetos culturais, trazendo para a empresa o reconhecimento de uma das maiores patrocinadoras das tradições e manifestações artísticas piauiense.

O desempenho econômico-financeiro aponta Receita Líquida de R\$ 4,415 bilhões, comparado ao resultado de R\$ 3,680 bilhões registrados em 2024. A principal contribuição para a receita foi a performance da classe residencial. Em 2025, o EBITDA societário alcançou R\$ 1,222 bilhão, comparado a R\$ 850 milhões no ano anterior.

Com dedicação ao cliente, conquistamos o melhor resultado da série histórica na Pesquisa Varejo do ISQP (Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida). Já na Pesquisa ISQP Grandes Clientes, o resultado foi superior a 12% comparado ao ano anterior. Os resultados de 2025 nos mostram que estamos no caminho certo. É com esse sentimento que continuaremos investindo no sistema elétrico e acreditando em nosso time para, cada vez mais, fornecer energia com qualidade para o desenvolvimento do Piauí.

Ações Sociais

Ao longo dos anos, a Equatorial Piauí tem contribuído com a promoção da cidadania em seu território de atuação por meio de práticas de Responsabilidade Social que se apoiam em projetos dos mais variados segmentos. São propostas alinhadas à Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se fortaleceram com iniciativas do Instituto Equatorial, como “Energia Feminina”, “Casa Próspera” e “Edital Diálogos”.

Por meio do “Edital Diálogos”, em 2025 foram mais de 1.600 pessoas beneficiadas com investimento social em projetos comunitários que somaram mais de R\$ 380 mil, impulsionando boas práticas em educação, qualificação profissional e geração de renda. Através do “Energia Feminina”, dezenas de mulheres em situação de vulnerabilidade social receberam treinamento avançado para o desenvolvimento de negócios, fomentando o empreendedorismo.

Junto a esse investimento social do Instituto Equatorial, nesse ano a Distribuidora deu continuidade a práticas já consolidadas desde o início da concessão no Piauí. Por meio de sua política de patrocínio, com financiamento de projetos através das leis de incentivo, milhares de pessoas foram alcançadas do norte ao sul do estado. Já com a Plataforma E+, centenas de clientes baixa renda trocaram suas geladeiras ineficientes por outras mais econômicas. O impacto ambiental do E+ Reciclagem também é percebido, juntamente com qualificações pelo E+ Profissional, tendo a Escola de Eletricistas como destaque.

Apoio à cultura, esporte e turismo

Por meio do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (SIEC) e Lei Rouanet, mais de 40 projetos culturais foram patrocinados pela Equatorial Piauí em 2025, dentre eles o XV Festival Estadual de Quadrilhas Juninas que ocorreu em Parnaíba e o – também tradicional – Festival de Inverno de Pedro II. Esse número fez a concessionária ultrapassar a marca de 320 projetos incentivados, que totalizam mais de R\$ 31 milhões.

Com a ampliação da política de patrocínio para o Esporte e Turismo, mais pessoas foram impactadas. A Distribuidora fechou 2025 com aproximadamente R\$ 6 milhões aplicados nesses dois segmentos. Um dos destaques foi a Corrida Equatorial. Além de promover saúde e bem-estar para mais de 1.500 participantes, o evento arrecadou cerca de 2.5 toneladas de alimentos não perecíveis que foram doados a quatro instituições sociais de Teresina.

Plataforma E+

Com a Plataforma E+, a Equatorial atua no Piauí em diversas frentes, que somam às iniciativas sociais dos investimentos por capital direto e incentivado. A pluralidade de temas permite à Distribuidora promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Geladeira Nova

Através do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Equatorial Piauí trocou mais de 740 geladeiras de clientes baixa renda em diversos municípios do estado ao longo de 2025. Juntamente com o E+ Geladeira Nova, a Distribuidora também realizou a troca de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por outras de LED, que são mais econômicas. Cerca de 12 mil unidades foram trocadas nesse ano.

E+ Profissional

Com objetivo de promover a geração de emprego e renda, a Equatorial realiza cursos profissionalizantes que buscam atender as necessidades e realidades dos municípios. Em 2025, dezenas de pessoas receberam capacitação profissional. Destaque para a Escola de Eletricistas, que teve suas atividades ampliadas. Nesse ano, além de Teresina e Picos, moradores de Bom Jesus foram beneficiados com a formação da primeira turma, que se tornaram aptos a ingressar no mercado do setor elétrico.

E+ Reciclagem

Esse projeto integra o Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e por meio dele a Equatorial Piauí busca promover o descarte adequado dos resíduos sólidos. Em 2025, mais de 2,1 mil toneladas de resíduos foram recolhidas. Esse número representa aproximadamente 5,6 mil toneladas de CO² que deixaram de ser emitidos ao longo do ano. Significa também a preservação de aproximadamente 10 mil árvores.

Humberto Soares Filho

Diretor-Presidente

03.Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Piauí

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Piauí



Piauí	
Capital	Teresina
Área (km ²)	251.755
Número de Municípios	224
População Estimada 2025	3.384.547
Cres. Estimado PIB PI	0,3%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita (2025)	R\$ 1.546,00
Densidade demográfica (hab/km ²)	12,99

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>

Fonte PIB Estimado: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/analises/>

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 5,7%.

O município de Teresina, capital do estado, é o mais representativo na área de concessão da Equatorial Piauí, concentrando 25% do total de clientes da distribuidora e respondendo por 40% da utilização de energia elétrica.

No setor industrial, as atividades com maior representatividade no consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, a fabricação de produtos de minerais não metálicos, a fabricação de bebidas e a fabricação de produtos químicos. O agronegócio também possui papel relevante na área de concessão, com predominância na região sul do estado, destacando-se os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí e Guadalupe como polos de produção de soja, algodão e projetos de irrigação.

Ao longo de 2025, no Piauí as temperaturas ficaram próximas à acima da média em todas as regionais. O ano atual foi menos quente que os últimos dois anos. No campo econômico, o avanço da atividade produtiva, impulsionado pelos setores industrial, de serviços e agropecuário, aliado à melhora das condições do mercado de trabalho e da renda, contribuiu para sustentar o crescimento do consumo de energia elétrica no período.

Dados Operacionais de Mercado

Dados Operacionais	Medida	2024	2025	Var.
		PI	PI	25 vs 24
Energia Injetada SIN	GWh	5.532	5.639	1,9%
Sistema isolado	GWh	1	1	16,9%
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	781	1.067	36,7%
Energia Injetada Bruta Total	GWh	6.314	6.707	6,2%
<i>Variação Injetada Bruta Total (%)</i>	%		6,2%	
Residencial - convencional	GWh	1.265	1.299	2,7%
Residencial - baixa renda	GWh	835	842	0,8%
Industrial	GWh	68	55	-18,9%
Comercial	GWh	501	442	-11,9%
Outros	GWh	924	954	3,3%
Consumidores Cativos	GWh	3.594	3.592	0,0%
Industrial	GWh	155	172	11,5%
Comercial	GWh	269	326	21,1%
Outros	GWh	76	89	16,4%
Consumidores livres	GWh	500	587	17,4%
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	182	193	6,3%
Energia Faturada	GWh	4.275	4.372	2,3%
<i>Variação Faturada (%)</i>	%		2,3%	
SCEE - GDII + GD IIII	GWh	156	310	99,3%
Mercado Fio B	GWh	4.431	4.683	5,7%
Fluxo Passante	GWh	393	437	11,3%
Energia Medida Total + Fluxo Passante	GWh	5.185	5.559	7,2%
<i>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</i>	%		7,2%	
Número de Consumidores	MIL	1.547	1.579	2,1%
<i>Variação Número de Consumidores (%)</i>	%		2,1%	
Perdas totais	GWh	1.130	1.148	1,7%

Número de consumidores - Em 2025, a base total de consumidores alcançou 1.578.997 unidades, representando crescimento de 2,1% (32 mil consumidores) em relação a 2024. A expansão foi impulsionada principalmente pela classe Residencial, que registrou aumento de 2,5% (33 mil consumidores).

Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	1.353.356	1.320.335	1.271.714	1.193.877	1.132.019	1.099.860	1.114.530
Industrial	2.392	2.428	2.477	2.377	2.415	2.465	2.885
Comercial	89.850	89.025	90.149	88.216	86.979	86.749	94.849
Outros	133.399	135.161	138.131	137.603	143.828	139.405	88.602
Total	1.578.997	1.546.949	1.502.471	1.422.073	1.365.241	1.328.479	1.300.866
Variação	2,07%	2,96%	5,65%	4,16%	2,77%	2,12%	-1,60%

Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se uma redução de -2,9%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como “Luz do Povo”.

Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas

ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de elegibilidade, refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora, houve uma redução de -7,8% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Piauí em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável.

Mercado Fio B - o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 5,7% (252 GWh).

A classe que apresentou maior destaque foi a Residencial com crescimento de 7,2% (159 GWh), seguida pelas classes Rural que apresentou crescimento de 12,6% (34,4 GWh) e Comercial com aumento de 3,0% (24,1 GWh). A classe Iluminação Pública por sua vez apresentou retração de -3,5% justificada pelas eficientizações que vem ocorrendo no estado.

Mercado Atendido - MWh			* Histórico						
	2025	2024	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	2.141.704	2.100.845	2.461.200	2.248.837	2.003.427	1.991.636	1.888.062	1.776.131	1.655.788
Industrial	227.709	222.719	236.688	224.390	220.238	220.661	191.437	207.943	200.138
Comercial	767.467	770.104	960.737	911.430	853.801	821.912	729.196	811.797	769.938
Outros	1.042.098	999.668	1.047.663	973.657	912.529	921.413	884.723	861.928	776.068
Suprimentos p/ agentes de distribuição	193.458	181.941	181.693	162.973	153.229	155.645	145.198	132.936	128.276
SCEE - GDII + GD III	310.344	155.680							
Total	4.682.779	4.430.957	4.887.981	4.521.287	4.143.224	4.111.267	3.838.616	3.790.735	3.530.208
Variação	5,7%		8,1%	9,1%	0,8%	7,1%	1,3%	7,4%	-1,6%

***Histórico** – Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com base na energia consumida. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora.

Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

Balanco energético

Comportamento do balanço - As perdas totais de energia elétrica na distribuição correspondem à diferença entre a energia injetada bruta e a soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante.

Nesse sentido, em 2025, houve crescimento de 6,2% na energia injetada bruta e de 7,2% na soma da energia medida, da energia de conexão com outras distribuidoras e do fluxo passante. As perdas totais de energia elétrica na Equatorial Piauí apresentaram aumento de 1,7% em relação ao ano anterior, totalizando 1.148 GWh.

4.3 Balanço energético (MWh)	2024	2025	Var.
Piauí			
Sistema interligado	5.533.379	5.640.034	1,9%
Energia injetada pela Geração Distribuída	780.837	1.067.062	36,7%
Energia injetada bruta	6.314.216	6.707.097	6,2%
Energia medida	4.609.929	4.928.151	6,9%
Energia de conexão com outras distribuidoras	181.693	193.409	6,4%
Energia de fluxo passante	393.035	437.291	11,3%
Perdas totais	1.129.559	1.148.245	1,7%

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

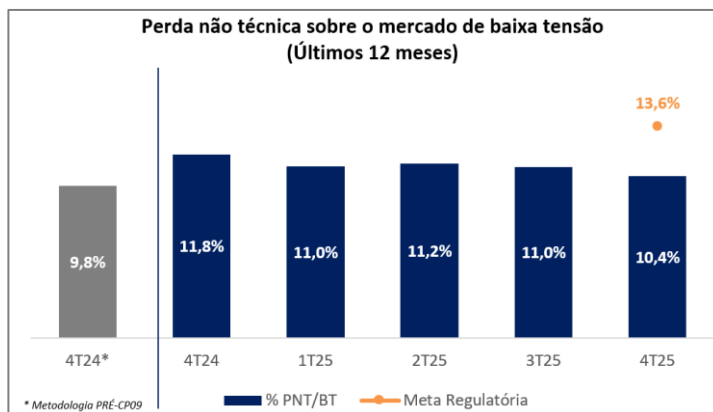
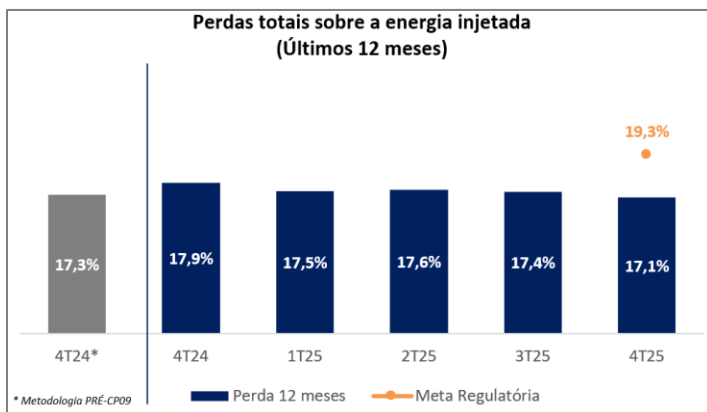
Gestão dos Negócios

Combate às perdas

O **Despacho Aneel nº 684/2025** introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “**mercado de fornecimento medido**”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o **Grupo Equatorial** atualizou suas informações de perdas desde o **4T24**, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Partindo da nova metodologia, em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Piauí atingiu 6.707 GWh, representando um crescimento de 6,5% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 5.558 GWh, aumento de 7,5% em relação a 2024.

Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 1.148 GWh no ano, equivalentes a 17,1% da energia requerida. Esse desempenho implicou redução de 0,8 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 trouxe desafios relevantes para a Equatorial Piauí, especialmente devido às condições climáticas adversas que afetaram o estado ao longo do período. A combinação de seca prolongada e irregularidade das chuvas impactou diretamente a operação da distribuidora, exigindo maior esforço técnico e operacional para preservar a estabilidade do sistema e assegurar o atendimento aos clientes.

Esse cenário também tornou mais complexo o combate às perdas, gerando oscilações nos indicadores ao longo do ano. Mesmo assim, a distribuidora conseguiu avançar de forma consistente, impulsionada pela **maior eficiência nas ações de combate a perdas**, o que contribuiu para a redução tanto das perdas globais quanto das perdas não técnicas sobre mercado de baixa tensão em comparação com 2024. Além disso, a Equatorial Piauí manteve-se abaixo do indicador regulatório de perdas, refletindo a efetividade das iniciativas implementadas e o avanço consistente na gestão do tema dentro do grupo.

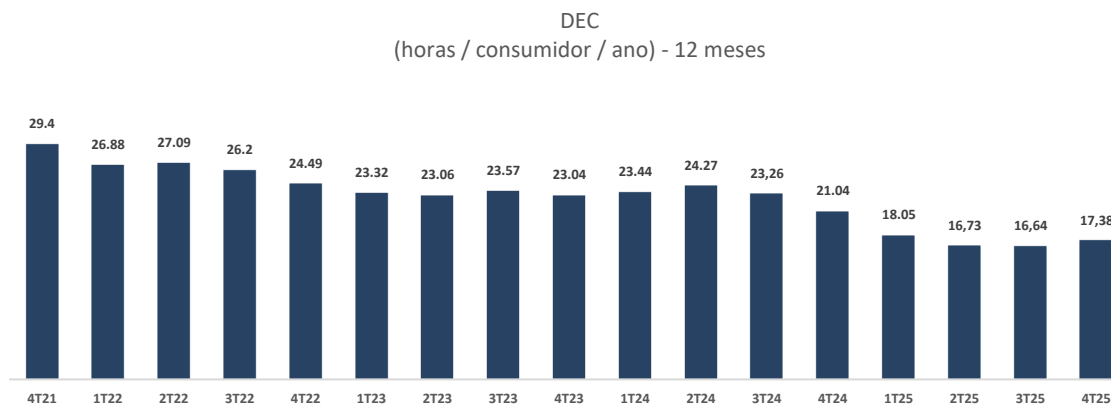
A seguir, apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2025:

- Regularização de 1,05 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 1,4 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 46 municípios;
- Inspeção de 88,61 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 4 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 610 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 12,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 284 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

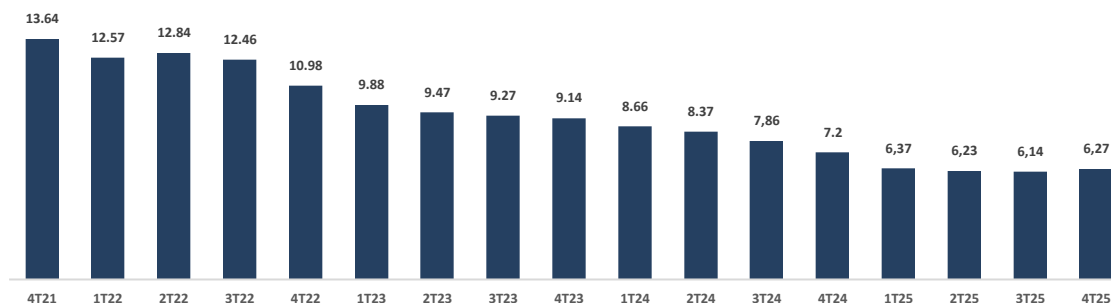
Atualmente a Equatorial Piauí possui 6,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 54,8% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 17,4% e de 12,9%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.



FEC
(horas / consumidor / ano) - 12 meses



Programa Luz Para Todos

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Piauí tem o papel de agente executor do Programa no Estado. O Piauí está inserido entre os 5 maiores programas do país, representando mais de 5,3% do volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2025. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 66 equipes de construção.

Investimentos no Programa Luz Para Todos (Piauí)

Ao final de 2025, a Equatorial Piauí alcançou a marca histórica 207.235 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 1 milhão de habitantes. O Programa já está presente em 100% dos 224 municípios piauienses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T25, o investimento direto no Programa Luz para Todos, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 33 milhões e no ano de 2025 R\$ 105 milhões.

Investimento (R\$ milhões)	2021	2022	2023	2024	2025
	55	146	186	135	105

Assuntos Regulatórios

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, aprovou o resultado definitivo do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Piauí”), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 13,57%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2025 a 01 de dezembro de 2026.

Relatório de ações sociais Grupo Equatorial – ESG

O Programa **Jornada de Segurança** do Grupo Equatorial expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3,4 milhões na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação da Companhia, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação.

A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. A Companhia manteve a **score B** no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a **score C**, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a **22ª posição no ISE Bovespa** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio.

Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na **COP 30**, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. A Companhia investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em

Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

Plataforma E+

Com a Plataforma E+, a Equatorial atua no Piauí em diversas frentes, que somam às iniciativas sociais dos investimentos por capital direto e incentivado. A pluralidade de temas permite à Distribuidora promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Geladeira Nova

Através do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Equatorial Piauí trocou mais de 740 geladeiras de clientes baixa renda em diversos municípios do estado ao longo de 2025. Juntamente com o E+ Geladeira Nova, a Distribuidora também realizou a troca de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por outras de LED, que são mais econômicas. Cerca de 12 mil unidades foram trocadas nesse ano.

E+ Profissional

Com objetivo de promover a geração de emprego e renda, a Equatorial realiza cursos profissionalizantes que buscam atender as necessidades e realidades dos municípios. Em 2025, dezenas de pessoas receberam capacitação profissional. Destaque para a Escola de Eletricistas, que teve suas atividades ampliadas. Nesse ano, além de Teresina e Picos, moradores de Bom Jesus foram beneficiados com a formação da primeira turma, que se tornaram aptos a ingressar no mercado do setor elétrico.

E+ Reciclagem

Esse projeto integra o Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e por meio dele a Equatorial Piauí busca promover o descarte adequado dos resíduos sólidos. Em 2025, mais de 2,1 mil toneladas de resíduos foram recolhidas. Esse número representa aproximadamente 5,6 mil toneladas de CO² que deixaram de ser emitidos ao longo do ano. Significa também a preservação de aproximadamente 10 mil árvores.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em 2025, a Receita Líquida excluindo a receita de construção totalizou R\$ 3,497 bilhões, 18,4% maior que R\$ 2,953 bilhões registrados em 2024, este crescimento deve-se às vendas de classes, principalmente, do residencial.

Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 2.275 bilhões, crescimento de 8% na comparação com 2024, que registrou o montante de R\$ 2,104 bilhões.

EBITDA

Em 2025, o EBITDA alcançou R\$ 1,222 bilhão, comparado a R\$ 850 milhões no ano anterior. Destacamos que essa variação deve-se ao ganho da Margem Bruta registrada em 2025, em comparação ao período anterior, impactado, principalmente, pelo crescimento de 15% na linha de fornecimento de energia elétrica e 68% em outras receitas. O EBITDA Societário ajustado, portanto, alcançou R\$ 1.083 bilhão em 2025, comparado à R\$ 963 milhões referente ao ano de 2024.

Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido foi R\$ 399,4 milhões, contra R\$ 315,0 milhões reportados em 2024, o que representa um crescimento de 27% na comparação entre anos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na Equatorial Piauí, o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a pagar é positivamente impactado pelo incentivo fiscal de redução de 75% no IRPJ, concedido em razão do benefício SUDENE, com validade até 2032. Ressalta-se que esse benefício se aplica exclusivamente ao IRPJ.

Em 2025, houve despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 219,9 milhões. Considerando a utilização do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ calculado sobre o lucro da exploração de R\$ 107,6 milhões. Adicionalmente, houve a constituição no valor de R\$ 8,2 milhões de IRPJ e CSLL diferidos.

Lucro líquido

Em 2025, a Equatorial Piauí apurou lucro líquido de R\$ 515,3 milhões, frente aos R\$ 364,1 milhões de 2024, aumento de 42%.

Endividamento

No fechamento de 2025, o endividamento total consolidado da Equatorial Piauí, incluindo os encargos, atingiu R\$ 4,605 bilhões, quando comparado com os R\$ 4,213 bilhões registrado em 2024, aumento de R\$ 391,7 milhões

Investimentos

Investimento (R\$ milhões)	2024	2025	Var.%
Ativos elétricos	578,69	718,09	24,1%
Obrigações especiais	86,92	132,44	52,4%
Ativos não elétricos	60,21	66,51	10,5%
Total	725,82	917,05	26,3%

Em 2025, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 785 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 132 milhões.

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	-	-	-	-
Alta Liderança	8	-	7	-
Média Liderança	18	22,22	16	25,00
Equipe	634	23,19	643	22,40
Total	660	22,88	666	22,22

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	-	-
Média Liderança	1,13	1,18
Equipe	0,85	0,80
Total	0,76	0,66

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 28 de março de 2025, os Diretores da Companhia Srs. Humberto Soares Filho, Agnelo Coelho Neto, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, José Silva Sobral Neto, Armando de Souza Nascimento, Joe Louis Tavares Morra.

(i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguarção limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguarção limitada sobre outras contas a receber; asseguarção limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Agnelo Coelho Neto
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Armando de Souza Nascimento
Diretor

Joe Louis Tavares Morra
Diretor